

EDITORIAL

O sistema prisional permanece, com frequência, à margem dos debates públicos. Essa invisibilidade pode ser atribuída, em parte, às muralhas — concretas e simbólicas — que o isolam da sociedade, afastando tanto as pessoas privadas de liberdade quanto os profissionais que ali atuam cotidianamente. No imaginário social, é comum a ideia de que a segurança pública se concretiza no momento da prisão e condenação de uma pessoa. No entanto, é justamente a partir desse ponto que se inicia uma trajetória marcada por complexidades, conduzida por trabalhadores e trabalhadoras cuja presença e contribuição, por vezes, passam despercebidas: os (as) profissionais dos serviços penais.

De acordo com dados do Sistema de Informações da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Sisdepen), em 2024 o Brasil contava com uma população de 909.067 pessoas em cumprimento de pena. Em contrapartida, os números relativos ao corpo técnico e operacional que atuava no sistema revelam um cenário de desproporção e frequente sobrecarga: eram 1.579 assistentes sociais, 499 profissionais da área jurídica, 7.214 da educação e 9.244 da saúde. Somam-se a esses (as) os 119.301 profissionais da execução penal — majoritariamente policiais penais — e 100.765 trabalhadores (as) de apoio, responsáveis pelo funcionamento das unidades e dos serviços associados.

É sobre esses trabalhadores (as) — suas práticas, experiências, desafios e saberes — que se debruça esta edição da Revista Brasileira de Execução Penal. Reconhecer esses (as) profissionais é reconhecer também a complexidade que caracteriza o sistema de justiça criminal e a urgência de se formular políticas públicas que valorizem e qualifiquem o trabalho de quem sustenta, muitas vezes em condições adversas, uma das principais engrenagens da segurança pública no país.

A edição contou com a coorganização de Luiz Antônio Bogo Chies e está estruturada em cinco seções — *Dossiê - Artigos*, *Dossiê - Relatos de Experiência*, *Fluxo Contínuo - Artigos*, *Fluxo Contínuo - Relatos de Experiência* e *Entrevista* — a edição oferece ao (à) leitor (a) um conjunto plural de análises e reflexões críticas sobre o universo laboral intramuros.

A partir de abordagens teóricas e metodológicas diversas, os artigos e relatos de experiência tratam de temas como a consolidação institucional da Polícia Penal após a Emenda Constitucional nº 104/2019, as condições de trabalho, a saúde mental, os impactos da tecnologia, as questões de gênero e os efeitos subjetivos associados ao exercício profissional em contextos de privação de liberdade. Temas como prisionização, masculinidades, *burnout* e vigilância tecnológica são analisadas sob perspectivas críticas, revelando a complexidade que atravessa o cotidiano de quem habita o cárcere como trabalhador(a).

Abrindo a seção *Dossiê-Artigos*, o texto “*O trabalho da polícia penal em perspectiva: fatores de impacto situados por meio de uma revisão integrativa*”, de Francisco Elionardo de Melo Nascimento, Nando Rodrigues de Sousa, Edna Gomes dos Santos, Eveltana Freitas Silva, Maria Rayane Dias Sousa, Adriana Abreu de Sá, Nívea Steffany Bento Almeida, analisa, por meio de revisão integrativa, os principais fatores que impactam o cotidiano dos(as) policiais penais, com destaque para as condições de trabalho e os efeitos sobre a saúde dos(as) profissionais.

Na sequência, Marina Nogueira Madruga e Luiz Antônio Bogo Chies, no artigo “*Polícia Penal no Rio Grande do Sul: trajetória histórico-normativa e desafios na regulamentação*”, propõe uma leitura crítica da trajetória histórico-normativa naquele estado, destacando as tensões entre a função punitiva do Estado e os direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.

A transformação institucional dos agentes penitenciários em policiais penais é discutida no artigo “*A transição do agente penitenciário à polícia penal: um caminho para prisões inteligentes*”, de Victor Rafael Ribeiro, Ana Regina de Aguiar Dutra e José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra. Os (as) autores (as) analisam como a incorporação de tecnologias da Indústria 4.0 pode contribuir para prisões mais seguras e humanizadas.

No texto de Mariana Chini, Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e Marcus Alan de Melo Gomes, “*(In)substituíveis: o papel dos servidores penais frente ao avanço das tecnologias de vigilância*”, discute-se o papel dos (as) trabalhadores (as) frente ao avanço das tecnologias de vigilância. A partir de análise normativa e bibliográfica, defendem a centralidade do elemento humano no processo de monitoração eletrônica, alertando para os limites da tecnocracia e para a importância de uma atuação qualificada e ética na execução penal.

As dinâmicas subjetivas do ambiente prisional são exploradas por Valdir Sessi, no artigo “*A influência do habitus no trabalho prisional: repensando o fenômeno da prisionização*”, que contrapõe os conceitos de *habitus* (Bourdieu) e prisionização (Clemmer) para compreender como trabalhadores(as) e pessoas privadas de liberdade assimilam práticas e valores no cotidiano prisional. O autor propõe uma leitura crítica dos efeitos dessas adaptações na identidade e no comportamento dos (as) envolvidos (as), com ênfase nas implicações éticas e sociais da experiência prisional.

Soraya Placência, por sua vez, lança luz sobre os efeitos da Síndrome de *Burnout* entre os (as) policiais penais. A partir de uma revisão bibliográfica, no texto “*Entre grades e pressões: a Síndrome de Burnout no cotidiano dos policiais penais*”, a autora demonstra como o ambiente hostil, a rotina exaustiva e a exposição constante ao risco impactam negativamente a saúde física e

mental dos (as) profissionais, defendendo a necessidade de políticas de cuidado e valorização.

Na mesma direção, Sunamita Matos dos Santos, no artigo *“A influência do ambiente prisional na saúde mental dos policiais penais: estudo de caso do Complexo Penitenciário de Santa Isabel”*, investiga os impactos do ambiente prisional na saúde mental dos(as) policiais penais, a partir de um estudo de caso no Complexo Penitenciário de Santa Isabel. A autora destaca a importância de estratégias institucionais de cuidado, que levem em conta os fatores psicossociais que atravessam a rotina carcerária.

Leila Karenina Ferreira Farias, no artigo *“Mulheres na liderança do sistema prisional: uma comparação entre Brasil e Portugal”*, analisa comparativamente a presença feminina em cargos de chefia no sistema prisional dos dois países, identificando disparidades significativas entre os contextos.

Finalizando a seção, Caroline Szyrczyk Silva discute a transversalidade das políticas públicas voltadas à saúde mental de trabalhadoras do sistema prisional. No artigo *“Transversalidade das políticas públicas na saúde mental de trabalhadoras do sistema penitenciário”*, a autora analisa o Projeto Valoriza: Saúde em Foco, evidenciando a ausência de uma abordagem efetivamente sensível ao gênero.

Abrindo a seção *Dossiê – Relatos de Experiência*, Marcos Melo de Oliveira, Karol Oliveira de Amorim-Silva e Elenice Maria Cammarosano Onofre compartilham, em *“Trabalhadores no sistema prisional de Minas Gerais - Brasil: relatos de experiência a partir dos saberes constituídos na práxis”*, saberes construídos por uma pedagoga e um policial penal, evidenciando como a experiência prática contribui para uma compreensão mais humanizada e crítica do cotidiano prisional.

O relato *“Cuidando da saúde mental dos trabalhadores dos serviços penais: um relato sobre as ações implementadas na Penitenciária de Rondonópolis-MT”*, de Fernanda Monteiro Böer, Pamella Patrícia da Silva, Fernanda Mariano Massuia, Fernando Nunes Heiderich, apresenta ações concretas de promoção à saúde mental desenvolvidas por psicólogos (as) na unidade prisional, ressaltando a importância de políticas que valorizem o bem-estar dos (as) trabalhadores (as) em um ambiente laboral marcado por tensões e riscos.

Em *“Produção compartilhada do conhecimento sobre saúde do trabalhador: experiência entre auxiliares, assistentes e analistas do sistema prisional e a universidade”*, Carlos Eduardo Prates Fonseca, Deise Luiza da Silva Ferraz e Bruno Souza Bechara Maxta expõem um projeto de pesquisa-extensão que articula o saber acadêmico e a experiência dos (as) trabalhadores (as), como objetivo de fortalecer as ações por melhores condições de saúde

no sistema prisional, especialmente diante das incertezas causadas pelas transformações institucionais.

Por fim, “*A intervenção federal e a ação de retomada do controle no sistema penitenciário: o case de Roraima em 2018*”, de Flávio Parrilha, Gerson Gomes Gameiro e Suamy de Azambuja Tosta, analisa a intervenção da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária após uma grave crise em Roraima, destacando os desafios da gestão, a importância da reorganização estrutural e a urgência de políticas eficazes para garantir segurança e evitar novas crises no sistema prisional.

Esse conjunto de textos reafirma a relevância de escutar e compreender o trabalho nos serviços penais a partir de múltiplas perspectivas, revelando contradições e potências que atravessam o cotidiano de quem sustenta e opera sentidos no interior do sistema prisional brasileiro.

Em seguida, são apresentados os textos submetidos em fluxo contínuo, contendo contribuições relevantes que aprofundam o debate sobre os desafios, práticas e políticas no sistema penitenciário brasileiro, com enfoque na execução penal, reinserção social e gestão prisional.

Abrindo a seção *Fluxo contínuo - artigos*, Eli Narciso da Silva Torres, Alessandra Siqueira dos Santos, Diego Mantovaneli do Monte, Lucas Enéas Rezende, Marcelo Pimentel de Oliveira, no texto “*A aplicação da política sobre drogas no contexto da execução penal e os desafios para a institucionalização de um novo programa interministerial no Brasil*”, discutem os limites e possibilidades da política sobre drogas aplicada à população privada de liberdade, destacando a viabilidade da criação de um programa interministerial voltado à prevenção, ao tratamento e à redução da reincidência penal.

A seguir, Darcy Ramos da Silva Neto, Cleiton Aragão de Almeida e Éder de Souza Beirão propõem um índice para avaliar a eficácia das ações prisionais em Rondônia. O artigo “*Encarceramento e ressocialização da Amazônia: uma proposta de índice para o sistema prisional de Rondônia*”, ao propor um índice de reintegração social, chama atenção para as desigualdades regionais e para a importância de critérios objetivos e multidimensionais na formulação e monitoramento de políticas públicas voltadas à execução penal na região amazônica.

O fortalecimento institucional é também o foco do artigo “*Inteligência financeira no sistema penitenciário: estratégias de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de organizações criminosas*”, de Carlo Pegoraro Nicoloso, que explora a atuação da inteligência financeira no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de organizações criminosas no interior das prisões.

No campo do diagnóstico, Patrícia Viana de Lima, Alex Rodrigues da Silva, Andrey Miranda Albuquerque de Oliveira, Hayanna Melo de Noronha, Jane

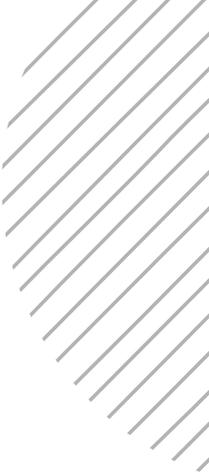
Ciamele Souza da Silva e Marcelo Rocha Cortez traçam um perfil detalhado da população privada de liberdade do Rio Grande do Norte. No texto “*O perfil da população privada de liberdade do Rio Grande do Norte*”, a partir de dados sobre escolaridade, orientação sexual, situação familiar e reincidência, os (as) autores (as) indicam os limites das políticas atuais e a urgência de ações efetivas e personalizadas para diferentes grupos populacionais.

Com foco na reintegração social de pessoas egressas do sistema prisional, o texto “*A reinserção social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional: desafios e estratégias do Projeto Alvorada*”, de Douglas Queiroz Santos, Camila Nonato Junqueira e Juliana Pereira da Silva Faquim apresenta a experiência do Projeto Alvorada, desenvolvido em Minas Gerais. A partir da mobilização de parcerias institucionais e empresariais, a iniciativa buscava promover inclusão produtiva e educativa, enfrentando os estigmas que dificultam o retorno das pessoas egressas do sistema prisional ao convívio social e ao mundo do trabalho.

Na sequência, David de Abreu Silva, no artigo “*Os institutos administrativos da sindicância e do procedimento sumário da legislação estatutária federal: a possibilidade de aplicação nos processos disciplinares na execução penal*”, discute a possibilidade de aplicação de institutos administrativos previstos na legislação federal — como a sindicância e o procedimento sumário — aos processos disciplinares no âmbito da execução penal. O autor propõe um diálogo entre os regimes jurídicos do serviço público e da gestão prisional, visando ao aprimoramento da legalidade e da eficiência na atuação das equipes técnicas e gestoras.

Ainda no campo da gestão prisional, Thaisa Agrizzi Verediano, Filipe Lube, Polliany Strassmann Daud e Suzana Malikoski no artigo “*Implantação de cozinhas internas e do instrumento de medição de resultados para garantir o direito à alimentação de qualidade nos estabelecimentos penais do Espírito Santo*”, compartilham o processo de implantação de cozinhas internas nos estabelecimentos penais, destacando a criação de instrumentos de medição de resultados.

O dossiê conta ainda com três relatos de experiência submetidos em fluxo contínuo, que oferecem olhares situados sobre práticas institucionais relevantes em diferentes regiões brasileiras. “*A remição pela leitura aplicada aos internos da Colônia Penal de Simões Filho: uma experiência na educação de jovens e adultos*”, de Osvaldo Valença da Silva Filho e Valuzza Maria Saraiva abre a seção *Fluxo contínuo – relatos de experiência*. O texto relata a aplicação do projeto “Livros para Voar” na Colônia Penal de Simões Filho (BA), destacando a remição de pena pela leitura como estratégia de valorização da educação, do pensamento crítico e da subjetividade das pessoas privadas de liberdade.



Sandra Verene Ferreira da Rocha apresenta, em seu relato *“Transformando vidas por meio do cinema: um relato do projeto cine cultural e saúde mental para pessoas privadas de liberdade em Alagoas”*, os impactos do projeto Cine Cultural e Saúde Mental, implementado em unidades prisionais de Alagoas. Por meio da exibição de filmes e da realização de rodas de conversa, a iniciativa contribui para o fortalecimento emocional e o enfrentamento do abandono familiar, promovendo o cuidado psíquico em ambientes marcados por sofrimento e isolamento.

Por fim, o relato *“Alvará de soltura, um bicho de sete cabeças: relatos do cumprimento de alvarás no estado de São Paulo”*, de Sandra Cristina Cavalcante aborda o cotidiano da equipe da Seção Integrada de Informações e Movimentações Carcerárias (Simic), destacando os desafios do cumprimento de alvarás de soltura. O texto oferece um panorama técnico e analítico sobre os entraves operacionais que afetam a concretização de um dos principais atos processuais em favor da liberdade.

Fechando essa edição, a entrevista *“O policial penal do século XXI: desafios, competências e transformações na execução penal”*, concedida por Pedro das Neves à Ane Cristine da Silva, propõe uma reflexão sobre as exigências contemporâneas da profissão de policial penal, abordando aspectos como a profissionalização, a humanização das rotinas carcerárias e a necessidade de investimentos em formação continuada.

Assim, esse número da Rbep reafirma o compromisso com a valorização dos(as) trabalhadores(as) do sistema de justiça penal e com a construção de um debate crítico, multidisciplinar e comprometido com a dignidade das práticas laborais nos serviços penais. Os textos aqui reunidos e organizados evidenciam que pensar o trabalho nesses contextos é também discutir políticas públicas, condições institucionais, saúde, educação, reintegração e cidadania.

Desejamos uma leitura instigante, que fomenta novas reflexões, ações e pesquisas.

CLAUDENIR DOS SANTOS

ORGANIZADOR